



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL**

**LUCIANE KOWALSKI TRZASKOS WIECZORKOWSKI**

**O FUTURO DA JUVENTUDE DO CAMPO: PERMANECER OU SAIR?**

**ARAUCARIA -PR**

**2018**

**LUCIANE KOWALSKI TRZASKOS WIECZORKOWSKI**

**O FUTURO DA JUVENTUDE DO CAMPO: PERMANECER OU SAIR?**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Gestão e Processos em Educação Diversidade e Inclusão, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Silvana Cassia Hoeller

**ARAUCÁRIA**

**2018**

# O FUTURO DA JUVENTUDE DO CAMPO: PERMANECER OU SAIR?

Luciane Kowalski Trzaskos Wieczorkowski

**RESUMO:** Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada com jovens de uma comunidade rural do município de Araucária, no Estado do Paraná, alunos do terceiro ano do Ensino Médio, a respeito de suas expectativas e perspectivas com relação ao futuro. Na primeira parte será feito um breve histórico sobre a educação do campo; posteriormente, uma breve contextualização da escola e dos jovens atendidos por ela e na sequência as respostas dos alunos às questões propostas pelo questionário, bem como as impressões dos momentos de diálogo realizados com os alunos, a partir das respostas do questionário.

**PALAVRAS CHAVE:** Juventude Rural, Educação; Permanência no Campo

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, talvez até mais do que em outras épocas, uma quantidade enorme de jovens deixam o campo em busca de melhores condições de emprego e renda nos grandes centros urbanos, oriundos especialmente de regiões onde predomina a agricultura familiar.

Questões como a concentração da terra e da renda nas mãos de um pequeno grupo, bem como o êxodo rural e a superexploração de empregados levam os jovens a repensar se continuar no campo ainda é uma alternativa para o futuro.

Que sonhos e expectativas possuem? Pretendem mesmo deixar o campo? O que os faz quer ir embora? O que poderia ajudá-los a permanecer no espaço rural? Como a educação/formação pode influenciar nesta decisão dos jovens? Frente a estes e outros questionamentos, é que esta pesquisa foi idealizada com os jovens do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio Estadual do Campo Joana Gurski, na localidade Rio Verde Acima no município de Araucária.

Para tanto foi realizada uma pesquisa através de questionário, contendo perguntas direcionadas, mais objetivas e questões abertas que dão mais oportunidade dos estudantes de expressarem-se mais espontaneamente.

Primeiramente será realizado um breve apanhado sobre a educação do campo no Brasil, sua construção através dos tempos e sua situação atual; em seguida, será apresentada uma visão geral da juventude rural na atualidade; na sequência apresentarei uma contextualização do colégio, das comunidades atendidas e da turma pesquisada. Na continuação do trabalho, será feita explanação das colocações frente as questões colocadas pelo questionários e rodas de conversa realizada com os alunos.

Pretende-se ao final deste trabalho ter uma ideia dos anseios e desejos dos jovens do campo desta comunidade com relação ao seu futuro.

## **2. EDUCAÇÃO DO CAMPO: TRAJETORIA**

Desde os primórdios, a educação das populações do campo no Brasil baseia-se num modelo importado do utilizado nos centros urbanos. As características e valores do espaço rural eram sempre trados como inferiores e subordinados aos urbanos, tratados sempre de maneira estereotipada e carregados de preconceitos.

As dificuldades encontrados pelo Estado em ajustar as políticas publicas a realidade do campo vem desde a época do descobrimento, onde para os nativos (índios) o que se tinha era uma educação com fins de dominação e para os filhos de portugueses o que se tinha era um modelo proveniente dos moldes europeus, que visava desenvolver os processos de ensino aprendizagem.

Marinho (2008), coloca que, mesmo o país possuindo uma imensa área rural neste período, quatro fatores específicos deixam claro a falta de preocupação com a educação do campo:

1ª Para o governo português, o Brasil era terra de exploração e não de investimento, assim as riquezas deveriam sair daqui para a Europa e não fazer o inverso;

2ª A atividade econômica do país era braçal e não requeria uma mão de obra especializada, pois para trabalhar no campo, extrair minério, ou cuidar do gado, o homem não precisa saber ler nem escrever, para os senhores, melhor não saber mesmo, é mais fácil a manipulação;

3ª A população brasileira na sua grande maioria era formada de índios, negros, escravos e mulheres, pessoas que não tinham direito à educação;

4ª Uma educação rural dependeria do apoio do senhor das terras, se ele não reconhecia a educação como algo importante, logicamente não iria apoiá-la (MARINHO, 2008, p. 27).

Atualmente, os movimentos sociais defendem que o campo é muito mais do que apenas a representação de um espaço geográfico: é um espaço que possui sua própria cultura, com tradições, costumes e características próprios, com sujeitos construídos historicamente, com dimensões distintas dos grandes centros urbanos. Essas afirmações são legitimadas por autores como MARTINS, 2009; ANTUNES – ROCHA, 2011, 2012; GOHN, 2001, 2002; CALDART, 2010, 2012, VENDRAMINI, 2009, que reafirmam em seus escritos a inconformidade e incapacidade da simples extensão das escolas nos moldes urbanos para os espaços do campo.

O próprio termo “campo” segundo Arroyo e Fernandes (1999), só está se consolidando graças aos movimentos sociais e deve ser utilizado nas várias instâncias governamentais, em seus projetos e políticas públicas, apesar de, ainda hoje em muitos momentos e realidades, a educação que acontece no meio rural ainda é apenas “no” campo e não “do” campo, pois ocorre de maneira descontextualizada do meio onde se localiza, elitizada e atendendo apenas uma pequena parte da população.

Acabar com a educação rural é ir além da simples troca de nomenclatura: é se pensar em políticas públicas realmente efetivas e que atenda as reais necessidades desta população, não apenas serem empregadas políticas compensatórias, afinal são inúmeras as dificuldades que precisam ser solucionadas, tais como a precariedade de investimentos nas escolas do campo, bem como no transporte oferecido aos alunos, muitas vezes colocando a vida dos mesmos em risco devido a suas condições; a grande distância percorrida pelos alunos para chegarem às unidades, o pouco investimento na formação específica dos profissionais que atuam nesta realidade entre tantos outros.

O que se percebe é ainda uma forte presença da educação rural em detrimento a educação do campo, sendo esta primeira arraigada nos princípios e necessidades do latifúndio, da exportação, do agronegócio.

A partir do processo de redemocratização do país e com a promulgação da Constituição de 1988, debates acerca dos direitos das populações camponesas são feitos e algumas medidas significativas são aprovadas, confirmando-se o acesso à educação para todos, considerando suas particularidades e especificidades tendo a sociedade e o Estado comprometidos com esta premissa. A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394/96) que afirma e reconhece as singularidades do campo, baseado na compreensão da universalidade do acesso à educação; assim em seu artigo 28, a LDB traz as seguintes preceitos sobre a educação no espaço do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I. conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II. organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III. adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Com base neste artigo da LDB, percebe-se alguns progressos no que se refere a educação no espaço do campo, principalmente com relação ao dever do Estado no cumprimento de algumas obrigações que a ele cabem, tais como a adaptação de currículos e metodologias aos interesses e demandas dos alunos do meio rural, bem como dos calendários escolares, promovendo a autonomia dos espaços educativos. A possibilidade de flexibilização do calendário de aulas beneficia as instituições que trabalham com a Pedagogia da Alternância (APARECIDA, 2013; BEGNAMI, 2013) – metodologia esta que constitui um currículo adaptável para contemplar os objetivos e necessidades do Tempo Escolar e do Tempo da Comunidade.

Pinho (2008) coloca que o jovem do campo, ao intercalar seu tempo entre o saber escolar e sua experiência na comunidade da qual faz parte, vai

construindo de forma concreta seu conhecimento, aliando a teoria dos espaços escolares às vivências experienciadas no cotidiano da comunidade, fortalecendo os vínculos familiares, a reflexão crítica a respeito da realidade no qual este sujeito está inserido, desenvolvendo a responsabilidade individual e coletiva.

Em contraposição a este descaso e as tentativas frustradas do poder público frente a educação do campo, vários movimentos populares surgem e desenvolvem diversas práticas educativas, sempre enaltecendo as vivências, culturas, saberes e experiências do campo, demonstrando que a educação para o campo vai muito além da mera transposição dos saberes e práticas aplicados no meio urbano.

Temos como exemplo o ENERA: I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, encabeçado pela Universidade de Brasília (UnB) e pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), que teve como foco central discorrer sobre a educação do campo realmente voltada aos interesses e anseios do povo do campo; na sequência vários outros momentos de discussão e debate ocorreram, tais como a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, entidade esta que tinha por função a promoção e o gerenciamento, a nível de Brasil, de atividades que tinham por objetivo a escolarização dos indivíduos das áreas rurais. Um dos êxitos alcançados, foi a realização de duas Conferências Nacionais Por Uma Educação Básica do Campo – em 1998 e 2004; a instituição pelo CNE – Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003. (SECAD, 2004).

Também a partir do ENERA, temos a realização da I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, que contou com a parceria do UNICEF (fundo das Nações Unidas para a Infância), UNESCO (Organização Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a criação do Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – programa este que levou a motivou a idealização e criação de políticas públicas voltadas a formação dos sujeitos do campo, entre elas o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), que visa favorecer a criação de cursos de licenciatura específicos para os profissionais

que atuam nas instituições do campo, dando a possibilidade a este profissional de desenvolver seu trabalho através de práticas relevantes e coerentes com os princípios e valores do espaço do campo.

Outro programa de extrema importância quando falamos de educação do campo é o Pronacampo (Programa Nacional de Educação do Campo), o qual tem por:

**Objetivo:** Apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino.(Pronacampo/MEC, 2010)

Por se tratar de um programa relativamente novo, o Pronacampo necessita de alguns aperfeiçoamentos; entre eles a previsão de um maior protagonismo dos sujeitos/movimentos sociais do campo, uma vez que a visão predominante ainda é a da produção em larga escala/agronegócio. Caldart (2004), já prevendo esta situação desafiadora, nos traz alguns pontos indispensáveis a refletir, quando se pensa na educação do campo:

Não se trata de 'inventar' um ideário para a Educação do Campo; isso não repercutiria na realidade concreta. O grande desafio é abstrair das experiências e dos debates, um conjunto de ideias que possam orientar o pensar sobre a prática de educação da classe trabalhadora do campo; e, sobretudo, que possam orientar e projetar outras práticas e políticas de educação. CALDART (2004: p. 16)

Apesar de se poder perceber vários avanços em relação a uma educação que tenha a cara do campo, muito ainda precisa ser alcançado, tanto nas regiões onde já se percebe algumas ações e movimentações neste sentido, como também fazer estas ideias e ações chegarem a todas as partes, afinal estamos falando

de um país com dimensões continentais, assim não pastam as boas ideias e iniciativas: é necessário que estas se façam presentes onde realmente se necessita delas, fortalecendo os sujeitos, tornando-os mais críticos e realmente agentes de sua própria história.

### **3. DEFININDO O QUE É JUVENTUDE RURAL**

Definir o que é juventude, segundo alguns estudiosos, ainda hoje apresenta-se como um problema, uma vez que esta é considerada uma fase complexa e controversa, e em diversas sociedades, encontra-se numa fronteira tênue entre a infância e a idade adulta, variando e sendo construída de maneira diferente dentro de cada sociedade.

Segundo Carneiro e Castro (2007) uma das definições de juventude pode ser

“...um ciclo de vida, caracterizado como um período de transição entre a infância e a idade adulta. Culturalmente determinada, a demarcação desta etapa de vida é sempre imprecisa, sendo transferida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou a constituição de uma nova família ou simplesmente a uma faixa etária.”

Assim, caracterizar a juventude rural parece ser uma questão ainda mais complexa, uma vez que apenas o critério etário não se faz suficiente para isso. Ao pensarmos na melhor maneira de definirmos o jovem, precisamos considerar, além do fator idade, questões como as relações construídas por esse indivíduo com a sociedade num sentido mais amplo, além de refletir a respeito da noção de pertença trazida por ele; só assim é possível entender como se dá a construção da formação da ideia do que é ser um jovem “do campo” e “no campo”. (GUIGOU 1968 apud SIDEGUM 2011)

Weisheimer (2005 apud Sidegum 2011) nos traz cinco questões para refletirmos e a auxiliar-nos na formação deste conceito de juventude rural; tais como: faixa etária – entendida como parâmetro de idade; ciclo de vida – período transitório no qual acontece a preparação para o mercado de trabalho; geração – que se refere

as questões de transmissão e ressignificação das heranças culturais recebidas; modo de vida – relacionada a maneira como a cultura de massa traz influencia ao modo de vida no qual determinado sujeito está inserido; e a representação social – maneira como se determina o pertencimento ou não de determinado sujeito a um grupo social específico, no caso a juventude.

Percebe-se então que vários autores consideram a juventude como algo a mais do que uma simples faixa etária ou fase da vida; são encarados como um grupo social extremamente lesado nos dias atuais no que se refere ao mundo do trabalho e acesso as políticas públicas

Quando tratamos da juventude rural, somam-se a estas dificuldades a questão da falta de visibilidade dada aos jovens dentro das propriedades, frente as questões de gerenciamento das mesmas, não valorização de suas colocações pelos membros mais velhos da família/comunidade, pouca (ou muitas vezes nenhuma) autonomia financeira, o que fica ainda mais gritante quando trata-se das filhas mulheres. Para Weishemer (2005, p. 09),

A 'situação de invisibilidade' a que está sujeito esse segmento da população se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. [...] a juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade.

A questão de gênero é muito presente nas comunidades do campo, onde as diferenças entre homens e mulheres fica mais acentuada. Pesquisas indicam que está ocorrendo a masculinização cada vez maior do campo, uma vez que as jovens do campo cada vez mais estão deixando o espaço. Entre os principais motivos, estão a pouca valorização do trabalho feminino nas propriedades, consideradas apenas como auxiliares dos homens (CARNEIRO e CASTRO, 2007), bem como a exclusão das mesmas no direito à herança, pois possuía-se (e ainda se possui) a ideia de que após o casamento, por passar a fazer parte de outra família, não havia a necessidade de possuir terras antes disso (STRAPASOLAS, 2006). Assim as moças procuravam, e procuram ainda atualmente, graças a permanência desta maneira de pensar,

opções de trabalho no espaço urbano, em busca de melhores condições de autonomia e renda, não sentindo-se como o compromisso de permanecer no espaço rural.

Estas e outras questões dificultam muito a permanência do jovem no campo. Citando Zóti (2011) “existem muitas dificuldades encontradas pelos jovens rurais, e essas dificuldades muitas vezes fazem com que os mesmos desistam de viver no meio rural”, entre as o baixo rendimento e reconhecimento do setor primário, a falta de investimentos e apoio à agricultura familiar escassas opções de cultura e lazer ofertadas no espaço rural e até mesmo o preconceito sofrido pelos jovens por serem agricultores.

Ao contrário das gerações anteriores, que estruturaram suas vivências em ambientes sociais mais fechados, na atualidade os jovens estão cada vez mais mergulhados em ambientes culturais e social maiores, dando a eles a possibilidade de refletirem mais a fundo sobre suas identidades, acabando muitas vezes a leva-los a abandonar o campo. (PEREIRA 2004 apud TROIAN et al., 2009).

#### **4.BREVE OLHAR SOBRE A JUVENTUDE RURAL DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOANA GURSKI**

##### **4.1 Contextualização da realidade analisada: o Colégio Estadual do Campo Joana Gurski**

O Colégio Estadual do Campo Joana Gurski - Ensino Fundamental e Médio está localizado na zona rural do Município de Araucária a 15 quilômetros do centro de Araucária, Bairro Rio Verde Acima Caulim, e atende, além da própria comunidade onde se localiza, também aos alunos das comunidades Roça Nova, Roça Velha, Taquarova, Colônia Cristina, Faxinal do Tanque, Colônia Melado e Campina das Pedras.

A unidade de ensino atende atualmente 210 alunos, sendo 123 das series finais do Ensino Fundamental e 87 Ensino Médio, sendo os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental atendidos no período da manhã e os do Ensino Médio no período noturno.

O colégio Joana Gurski foi inaugurado em 2007 graças a uma intensa mobilização das comunidades hoje atendidas pela instituição que frente a escassez de transporte coletivo ofertado a comunidade, o que impedia os alunos de deslocarem-se para o centro do município para continuarem seus estudos, uma vez que a Escola do Campo Municipal Edvino Nowak, instituição esta com a qual o Colégio Estadual compartilha o mesmo espaço físico, oferecer apenas as apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental.

O processo de construção e consolidação do Colégio Estadual do Campo Joana Gurski encontra-se entrelaçado com o histórico da Escola Rural Municipal Edvino Nowak, uma vez que, as referidas escolas compartilham o mesmo espaço físico e se constituíram como importantes conquistas da mesma comunidade.

A fundação da escola Edvino Nowak se deu por conta da consolidação de quatro escolas isoladas, que possuíam turmas multisseriadas sem atendimento específicos aos alunos de cada serie, sem contar as dificuldades em transportar os professores que na sua maioria vinham do centro da cidade bem como pelo difícil atendimento da parte pedagógica a estas escolas mais isoladas.

A comunidade teve participação ativa no processo de consolidação das escolas, buscando sempre a melhoria da qualidade do ensino oferecido às crianças das comunidades uma vez que, concentrada num único local, mais centralizado em relação às localidades atendidas, o que se buscava era “garantir melhores condições de aprendizagem, qualidade de ensino, dessa forma contribuindo para que as séries multisseriadas passassem a ser séries únicas, dispondo de espaços apropriados e atendimentos para o processo de ensino aprendizagem”. (PPP, 2014).

Assim, em 16/02/2000, a Escola Rural Municipal Edvino Nowak iniciou suas atividades escolares, sendo inaugurada oficialmente em 29/03/2000 na localidade de Rio Verde Acima, atendendo inicialmente apenas às series iniciais do Ensino Fundamental, o que com o passar do tempo tornou-se insuficiente frente as necessidades, pois ao terminarem as series iniciais, os alunos não tinham como concluir seus estudos na própria comunidade.

A turma do Terceiro ano do Ensino Médio de 2018 é formada por 26 alunos, sendo 14 moças (uma delas Síndrome de Down) e 12 rapazes. Analisando as

matriculas desde que esta turma começou a frequentar primeiro ano do Ensino Médio, pude perceber que a turma permaneceu praticamente a mesma, com algumas poucas movimentações.

Esta turma chama minha atenção em especial por se tratar da turma que inicio na escola no mesmo ano que eu comecei a lecionar na mesma, enquanto ainda eram alunos das series Iniciais do ensino fundamental, o que fez com que eu criasse uma ligação muito especial com esta turma; além disso apesar de morar no espaço urbano, tenho um vínculo muito forte com o campo: meus pais eram agricultores familiares, que assim como muitos jovens o fazem, já apresentado anteriormente neste texto, migraram para a cidade em busca de melhores perspectivas de vida, porem jamais deixaram se perder a ligação que tinham com a terra. Um outro fato que me liga a esta turma é o fato de também ter um filho da mesma idade e acompanhar todos os dilemas e aflições que o encerramento desta etapa e início de uma nova agora, após a conclusão do Ensino Médio traz, e que cada vez me aproxima mais destes jovens.

O objetivo deste trabalho foi tentar identificar quais são as perspectivas dos jovens da turma analisada, neste período de fechamento de ciclo que se dá com a conclusão do Ensino Médio. Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas e outras mais direcionadas; utilizou-se também a roda de conversa, de maneira mais informal, pois ao propor que a mesma fosse gravada ou filmada, os participantes mostraram-se um pouco acanhados.

A entrevista semi-estruturada, instrumento utilizado para essa pesquisa, é aquela que combina perguntas fechadas e também abertas. O informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto através de um roteiro, tendo um contexto semelhante a uma conversa informal (BONI & QUARESMA, 2005).

Por atuar na direção da escola, porem frente as turmas que o município atende, e por terem sido alunos da unidade quando cursavam as series iniciais, o acesso aos mesmos e os laços que ainda mantemos deixaram-me mais à vontade para realizar esta pesquisa com eles.

Num primeiro momento, tive uma conversa com eles para explicar um pouco da minha ideia e se poderia contar com a participação dos mesmos em minhas pesquisas; todos mostraram-se muito prontos e solícitos a participar. Qual não foi a minha surpresa quando, ao recolher os questionários que havia lhes entregue alguns dias antes, percebi que dos vinte e seis questionários entregues, apenas doze retornaram.

Depois de ler e analisar os questionários que retornaram, estive com os alunos novamente para uma roda de conversa, onde retomei os questionamentos da entrevista e instiguei-os a expressar suas opiniões.

O debate foi longo e rico; os alunos, que inicialmente mostravam-se um pouco tímidos e quase não se colocavam, com o desenrolar da conversa, começaram a se colocar e apresentar suas ideias e posições.

Tanto na análise dos questionários quanto posteriormente durante o debate, pode-se perceber muitas das questões levantadas nas bibliografias utilizadas na composição deste artigo, presentes nas falas durante a roda de conversa: o que os jovens trouxeram foi uma ligação e uma vontade grande de continuar morando no campo; nota-se claramente o sentimento de pertencimento a aquele espaço, de identificação com aquela realidade; porém, observa-se também que eles não veem o campo como uma possibilidade de sustento para si e para as famílias que constituirão no futuro; não veem a mesma vantagem de que um trabalho com uma renda fixa como os ofertados na cidade, pois ai tem a certeza de que ao final do mês terão seu salário, o que já não se pode esperar trabalhando no campo, pois não se tem a garantia da produção, nem de ganhos e gastos. (ZÓTIS, 2011)

Por outro lado, outros já colocaram-se opostos a essa ideia: que, apesar das dificuldades enfrentadas, o campo ainda é uma boa opção de vida, por conta de um estilo de vida não tão frenético quanto nas grandes cidades, onde o sujeito pode fazer suas escolhas com relação ao tempo do qual dispõe. Neste ponto surgiu uma questão que me chamou a atenção, quanto à questão da segurança que um emprego assalariado proporciona: um dos alunos (que falou não pretendendo continuar no campo), colocou que o trabalho na cidade é mais seguro por conta desta garantia receber o seu salário no final do mês e que a agricultura não proporciona isso; na sequência foi rebatido por um colega (que manifestou sua permanência no espaço

rural) pontuou que o trabalho no campo não é tão instável assim, porém exige dos que o fazem um planejamento mais a longo prazo, pois o tempo do campo é diferente por conta da necessidade que as culturas tem para se desenvolver; além do mais, pontuou que o agricultor não precisa e na verdade nem pode ficar na dependência de apenas um tipo de cultura, que a diversificação da propriedade traz outras possibilidades de lucro na entre safra, característica esta bem marcante da agricultura familiar.

Uma outra questão que foi levantada durante o estudo e que ficou evidente durante a análise dos questionários e a roda de conversa, foi o quanto a questão do gênero mostra-se bem marcante nas comunidades do campo. Muitas das alunas da turma (9 das 14 alunas da turma) deixaram bem clara sua intenção de buscarem novas oportunidades na cidade; segundo elas, os pais e até mesmo os irmãos mais velhos não dão oportunidade das mesmas de participar das decisões referentes a propriedade, nem mesmo de participar das atividades chamadas por elas de “mais brutas” como a preparação da terra, plantio e colheita; a elas cabe auxiliar as mães nas atividades mais domésticas, que as outras funções são “serviço de homem”. Sendo assim, muitas preferem buscar outras oportunidades nos centros urbanos o que traz a elas uma certa liberdade.

Uma questão que chamou a atenção durante o processo foi uma certa controvérsia sentida quando o assunto foi a continuidade dos estudos. Na análise dos questionário e na discussão com os jovens foi quase unanime seu posicionamento quanto a importância de se continuar os estudos, apenas dois dos alunos (uma moça e um rapaz) no questionário respondeu que não pretendia continuar seus estudos, porém tanto no questionário quanto no debate, ambos colocaram a importância de se ter cursos de capacitação para que os jovens permaneçam no campo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, buscou-se levantar qual é a expectativa dos jovens estudantes do terceiro ano do ensino médio do Colégio Estadual do Campo Joana Gurski, localizado na área rural do município de Araucária – Pr, com relação ao futuro e a permanência ou não dos mesmos no espaço rural.

À luz das biografias pesquisadas, pode-se perceber que os problemas enfrentados pelos povos do campo, em especial pelos jovens, faz com que muitos optem por deixar de trabalhar no espaço rural em busca de melhores perspectivas nos grandes centros urbano.

Questões como a dificuldade de acesso as escolas, planos de ensino que são meras reproduções do que é trabalhado nas escolas urbanas, sem levar em conta as especificidades e anseios das populações camponesas, questões familiares e culturais com relação ao gênero e invisibilidade dos jovens frente a tomada de decisão com relação a propriedade e a produção fazem com que muitos deles vislumbrem um futuro melhor nos grandes centros urbanos; isso ao longo dos anos, vem provocando um esvaziamento e um envelhecimento do campo, comprometendo seriamente a agricultura familiar responsável pela produção de uma parte imensa dos alimentos consumidos.

Os jovens, especificamente os analisados neste estudo, pretendem continuar morando no campo, mesmo aqueles que manifestaram o desejo de trabalhar no espaço urbano querem permanecer morando no campo; também compreendem a importância e necessidade de os jovens do campo procurarem formações para melhorarem suas perspectivas com relação a sua permanência neste espaço, sugerindo inclusive algumas áreas de formação que os mesmos gostaria de ter a oportunidade de conhecer, para auxiliá-los a permanecerem no campo e poderem manter-se com condições e dignidade, dentro do contexto que escolheram para viver.

## **REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO**

ABRAMOVAY, R. et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

ARROYO, M.G. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLI, M. C.; JESUS, A. contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004

BRASIL. Decreto nº7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Diário Oficial da União. 2010. disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm) acesso em nov.2018

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural em Perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MARINHO, R.E. Um olhar sobre a educação rural brasileira. Brasília: Universia, 2008

STROPASOLAS, V. L. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis - SC: UFSC, 2006.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da Sucessão geracional na agricultura familiar. Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.26-29, mar. 2011.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V. Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa - RS In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47, 2009, Porto Alegre. Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações. Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

ZÓTIS, T. S. Causas e Consequências da Evasão de Jovens da Comunidade Rural de São Vitor, Município de Camargo/RS. 2011. 67 f. TCC - Curso de Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão Para O Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Camargo, 2011.